

## Introdução à fenomenologia dos devaneios

### Introduction to the phenomenology of daydreams

Marcus Sacríni

Universidade de São Paulo - USP<sup>1</sup>

#### RESUMO

O artigo retoma, de início, o modelo de análise de atos intencionais proposto por Husserl em *Investigações lógicas*. Segundo esse modelo, os atos são estudados como unidades vivenciais relativamente autônomas, dos quais se descrevem suas características estruturais. O artigo acompanha, logo a seguir, o desenvolvimento da fenomenologia das associações por Husserl, o que permitirá consolidar uma nova forma de análise dos atos, enquanto conectados por nexos de motivação. Por fim, propõe-se levar adiante a análise da fenomenologia das associações por meio da noção de devaneio.

7

#### PALAVRAS-CHAVE

Husserl; ato intencional; associação; presentificação; devaneio

#### ABSTRACT

The article takes up, at first, the model of analysis of intentional acts proposed by Husserl in *Logical Investigations*. According to this model, acts are studied as relatively autonomous living units, whose structural characteristics are described. The article follows, after that, the development of the phenomenology of associations by Husserl, which will allow the consolidation of a new form of analysis of acts, considered as connected by nexuses of motivation. Finally, it is proposed to take further the analysis of the phenomenology of associations through the notion of daydream.

#### KEYWORDS

Husserl, intentional act; association; presentification; daydream

#### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> E-mail: [sacri@usp.br](mailto:sacri@usp.br), Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5913-0799>

Husserl desenvolveu por décadas a fenomenologia, o que resultou em uma pluralidade de métodos de análise e mesmo de projetos filosóficos de alcance variado. Gostaríamos de retomar alguns dos recursos desenvolvidos em dois períodos (*Investigações lógicas* e estudos de sínteses passivas) e tornar explícitas as diferentes abordagens da consciência aí implicadas. Pretendemos mostrar que a descrição das vivências em termos de associações motivacionais, tema elaborado, por exemplo, em vista da gênese da receptividade sensível nos cursos sobre sínteses passivas, pode ser estendida às presentificações, tarefa não plenamente cumprida no quadro da fenomenologia husserliana. Vamos, na parte final do texto, propor a noção de *devaneio* para tornar temáticas vivências presentificantes densas em que tipos diversos de atos se unificam por nexos motivacionais, os quais cumpre justamente clarificar.

### 1 ANÁLISE INICIAL DOS ATOS INTENCIONAIS

Em *Investigações Lógicas*, obra monumental publicada em três volumes em 1900 e 1901, Husserl apresenta ao grande público a fenomenologia. Conquanto herde conceitos e temas amadurecidos na década anterior, essa obra formula em termos originais o primeiro grande projeto fenomenológico proposto pelo autor. Trata-se, em termos muito gerais, de descrever *os aspectos subjetivos constituintes da experiência*. Para atribuir precisão a essa ideia genérica, cumpre notar que o alcance pretendido para a descrição fenomenológica é delimitado pelo projeto de fundação do conhecimento esboçado no primeiro volume da obra em vista, *Prolegômenos à lógica pura*. Segundo Husserl, é preciso desenvolver como lógica pura uma doutrina sistemática que formulasse em pura validade formal os princípios teóricos responsáveis pela validação do conhecimento científico nas mais diferentes áreas do saber. O conhecimento científico supõe diversos tipos de operações inferenciais por meio das quais teorias complexas são construídas. Conquanto teorias convincentes tenham sido produzidas em diversas áreas do saber, o convencimento racional propiciado por tais construções teóricas não supõe clareza acerca dos princípios e regras basilares que as fundamentam. “A isso se refere o estado de imperfeição de todas as ciências” (HUSSERL, 1975, p. 26), adverte-nos o autor. Cabe, diante disso, explorar rigorosamente os fundamentos lógicos que tornam justificáveis as teorias, tarefa que deve ser levada a cabo por matemáticos (HUSSERL, 1975, p. 254)<sup>2</sup>. Todavia, ao lado da sistematização desses fundamentos lógicos do saber, nomeados de *condições objetivas* das teorias, Husserl propõe uma investigação complementar, de cunho epistemológico: clarificar as *condições subjetivas* das teorias, referentes à *experiência da validade* dos princípios e regras estabelecidas pela lógica pura (Cf. HUSSERL, 1975)<sup>3</sup>. Os princípios e regras lógicas devem ter sua validade reconhecida subjetivamente, ou nem mesmo seria possível distinguir entre inferências justificadas e injustificadas. Abre-se então a perspectiva de investigar a experiência da

---

<sup>2</sup> “A construção de teorias, a solução rigorosa e metódica de todos os problemas formais, permanecerá sempre o território próprio do matemático” (§ 71).

<sup>3</sup> § 32: “As condições ideais de possibilidade de uma teoria em geral. Conceito rigoroso de ceticismo”.

legitimidade ou validade lógica. Essa investigação não se interessa pelas particularidades empíricas a que os sujeitos psicológicos estão submetidos. Trata-se de elucidar “[...] condições ideais, radicadas na forma da subjetividade em geral e na sua relação ao conhecimento” (HUSSERL, 1975, p. 119).

É, assim, uma perspectiva lógico-epistemológica que guia a consolidação das análises fenomenológicas no correr das seis investigações lógicas. Delineia-se a tarefa de explicitar quais as características gerais da subjetividade responsáveis pela atestação da validade lógica. Complementa-se, assim, com essa perspectiva de uma clarificação fundacional do próprio teorizar, a explicitação dos fundamentos lógicos de toda teoria. Cabe notar que o privilégio dessa problemática se reflete consideravelmente no enfoque das análises da experiência subjetiva. Já a primeira investigação é dedicada à linguagem, pois interessa esclarecer como os princípios e regras constitutivos da lógica pura são tematizados predicativamente sem que se reduzam a episódios empíricos de enunciações discursivas. Por sua vez, mesmo que os atos intuitivos sejam explorados em detalhes na segunda, quinta e sexta investigações, interessa para Husserl principalmente seu papel de *sentido preenchedor* para os atos linguísticos, isto é, o conjunto de experiências que atribui intuitividade às visadas significativas e, assim, concretiza o conhecimento<sup>4</sup>.

De modo ainda mais notável, mesmo a caracterização geral dos atos intencionais na quinta investigação passa a ser conduzida sob a orientação da perspectiva lógico-epistemológica. Que se considere o modo como Husserl expõe um dos temas centrais dessa investigação, a *essência intencional* dos atos. O autor distingue entre *qualidade* e *matéria* dos atos. Essa última seria responsável pela determinação da referência, enquanto a primeira delimitaria o tipo de atitude dóxica assumida em relação à matéria. Essa abordagem ganha concretude com base no estudo de conteúdos ordenados proposicionalmente. Consideremos a seguinte passagem, marcante do tipo de análise oferecida por Husserl acerca da essência intencional:

Que nos recordemos do que comumente se diz, a saber, que *o mesmo* conteúdo pode ser, uma vez, conteúdo de uma simples representação, outra vez conteúdo de um juízo, em outros casos ainda conteúdo de uma pergunta, de uma dúvida, de um desejo e coisas semelhantes. Quem se representa que *haja seres inteligentes em Marte*, representa o mesmo que um outro que afirme que *há seres inteligentes em Marte* e, de novo, que um outro que pergunta *será que há seres inteligentes em Marte?* ou que um outro que deseja *que possa haver seres inteligentes em Marte!*, etc. É de propósito que damos aqui

<sup>4</sup> “Onde nomeadamente a intenção de significação se preenche com base na intuição correspondente, em outras palavras, onde a expressão está referida ao objeto dado no nomear atual, aí constitui-se o objeto enquanto ‘dado’ em certos atos [...] *da mesma maneira* em que a significação o *visa*. Nesta unidade de recobrimento entre significação e preenchimento da significação, corresponde à significação, enquanto essência do significar, a essência correlativa do preenchimento da significação, e é nesta última que consiste o sentido *preenchedor* e, como se pode também dizer, o sentido expresso por meio da expressão”

explicitamente as expressões exatas correspondentes. A igualdade do “conteúdo” através da diversidade da qualidade de ato encontra, aqui, o seu cunho gramatical visível e, assim, a harmonia das formações gramaticais pode orientar nossas análises (HUSSERL, 1984 p.426.).

Husserl esclarece a noção de essência intencional baseando-se em exemplos de proposições associadas a diferentes atos ilocutórios. Embora esse método permita distinguir com precisão uma pluralidade de atos da esfera do pensar (conforme as diferentes atitudes assumíveis diante da matéria proposicional), não é muito claro se, nesses termos, a noção de essência intencional se aplicaria adequadamente à percepção ou às presentificações. A característica marcante da percepção por meio da qual ela sempre nos dá seu objeto “em pessoa” em contraste, por exemplo, com a memória, que apenas reproduz situações passadas, não designaria nenhuma qualidade específica e nem deveria, por conseguinte, ser tratada como um aspecto essencial do ato (HUSSERL, 1984 p.458)<sup>5</sup>. Soa, contudo, insatisfatório que tal aspecto constituinte do perceber não componha sua essência intencional.

Apesar dessas questões oriundas, a nosso ver, da proeminência da problemática lógico-epistemológica, a obra *Investigações lógicas* avança notavelmente na descrição da forma da subjetividade em geral. A consciência é reconhecida como um fluxo, uma corrente de vivências em contínuo desenrolar (HUSSERL, 1984, p. 369)<sup>6</sup>. A persistência da forma una do todo consciente não exclui a possibilidade de destacar as unidades apreensivas que a compõem, isto é, os *atos*, que se demarcam pela direcionalidade a um polo objetual a cada vez. Dessa maneira, a intencionalidade (a característica segundo a qual cada unidade vivencial é sobre algo, visa algum tema, independentemente desse tema existir ou não) se torna chave para a análise fenomenológica. A tarefa de capturar “a forma da subjetividade em geral”, anunciada em *Prolegômenos*, se subdivide nas análises dos diferentes modos pelos quais a intencionalidade se cumpre. Por meio dessa análise, espera-se revelar o seguinte:

[...] chegamos sempre a caracteres intencionais primitivos que, segundo sua essência descritiva, não se deixam reduzir a vivências psíquicas de outro tipo; e é também indubitável que a unidade do gênero descritivo “intenção” (“caráter de ato”) mostra diferenças específicas, que se fundamentam na essência pura deste gênero e que, assim, precedem, enquanto *a priori*, a facticidade psicológica empírica (HUSSERL, 1984, p. 381).

---

<sup>5</sup> “Na percepção, o objeto parece estar presente ‘em carne e osso’, em pessoa por assim dizer. Na representação da fantasia, ele ‘paira diante de nós’, ele é ‘presentificado’, mas não está presente em carne e osso. No entanto, não é essa a diferença que entra aqui em consideração, pois esta é uma diferença devida a momentos que não dizem respeito nem à qualidade nem à matéria, tal como, por exemplo, a diferença entre a percepção e a recordação de um e o mesmo objeto, representado com o mesmo sentido de apreensão”

<sup>6</sup> “Da redução ao fenomenológico resulta esta unidade da ‘corrente de consciência’, realmente em si mesma fechada e que temporalmente sempre continua a se desenvolver” ( V, § 6).

Retomemos alguns dos principais resultados obtidos por essa descrição dos atos intencionais, os quais terão um papel proeminente na proposta que esboçaremos nas próximas seções. A análise dos tipos de atos deixa claro que o objeto não determina a partir de suas propriedades intrínsecas todas as características da experiência subjetiva. Afinal, os modos de visada intencional se distinguem mesmo se voltados para o mesmo polo objetual. É assim que se deixam demarcar as duas grandes modalidades intencionais apresentadas em *Investigações lógicas*, intuir e pensar<sup>7</sup>. Na intuição, visamos os *aspectos próprios* dos polos objetuais, que se manifestam tais como são. Por exemplo, vejo Garuda, uma calopsita de que cuido aqui em casa, e atesto fenomenalmente o rajado de suas penas, seu olhar desconfiado, etc. Por sua vez, no pensar dirigimo-nos por meio de *articulações predicativas* aos polos objetuais, e isso independentemente de ter à disposição da percepção tais polos ou mesmo de imaginá-los concomitantemente à expressão. Formulo a expressão “a calopsita Garuda” e intenciono o mesmo objeto visto há pouco, porém sem que haja nenhuma manifestação de aspectos próprios; há somente a circunscrição significacional do polo visado ou, em outras palavras, ocorre a visada intencional *vazia* de intuitividade.

As descrições propostas em *Investigações lógicas* também permitem entender que intuir e pensar não são modos intencionais completamente opostos, já que sob o devido ângulo demarcatório, ao menos algumas de suas sub-modalidades instanciam propriedades semelhantes. É o que acontece se buscamos classificar os atos intencionais em termos de *mediatez*. Embora como visto há pouco, essencialmente diferentes, perceber e falar visam os polos objetuais *sem mediação explícita*, o que não ocorre, por exemplo, na consciência de imagem, ato intencional mediato, em que o polo objetual é visado por meio de um suporte imagético (pintura, fotografia, etc.). Nos atos em que há mediação, um objeto X é explicitamente tomado como intermediário para visar o polo objetual Y. É o que ocorre quando reconhecemos uma paisagem pintada em um quadro, por exemplo. Sem dúvida é possível analisar os detalhes da pintura apenas em termos do arranjo sensível de formas e cores, quando justamente deixamos de visá-la como “imagem de”. Por sua vez, para que algo opere como imagem ou, em termos mais gerais, “representação de” (o que permite incluir mapas, maquetes, etc. nessa categoria) é preciso tomar esse algo explicitamente como um representante por meio do qual temos consciência, de modo indireto, de um polo objetual em vista (HUSSERL, 1984 p.436.)<sup>8</sup>. Certamente esse não é o caso da percepção, que visa diretamente os aspectos próprios da

<sup>7</sup> Sobre essa distinção, cf., por exemplo, Husserl (1984, II) § 24.

<sup>8</sup> “[N]o representar em imagem, com base no ‘objeto-imagem’ aparente visamos o objeto *figurado* (o ‘sujeito-imagem’). Mas a figuratividade do objeto que funciona como imagem não é, manifestamente, nenhum caráter interno (nenhum ‘predicado real’), como se um objeto fosse também figurativo tal como é, por exemplo, vermelho ou esférico. [...] Só pela capacidade de um eu representador para usar o semelhante como representante em imagem de um semelhante, de ter apenas um intuitivamente presente e de, no entanto, no lugar desse, *visar* ainda o outro, é que a imagem se torna de todo uma imagem” (§ 11 e 20).

objetividade em vista. Cumpre notar que também não é o caso da referência linguística. Afinal, ao formular expressões nominais ou proposições não nos dirigimos às significações como intermediários para que de algum modo representássemos o que é significado; dirigimo-nos diretamente para objetos ou estados de coisas visados linguisticamente. A articulação linguística não é o objeto do pensar, mas o modo como ele se realiza; as significações não são os objetos a que nos voltamos quando pensamos sobre algo, mas o meio pelo qual esse voltar-se ocorre (HUSSERL, 1984 p.108.)<sup>9</sup>.

Como se vê, a distinção fulcral entre intuir e pensar não deve nos levar a tomar cada um desses modos como um bloco uno. Sob diferentes aspectos é cabível marcar distinções entre tipos de atos no interior dessas amplas modalidades intencionais. Em particular, no caso do intuir, cabe distinguir os atos em que os objetos não apenas são visados em seus aspectos próprios mas efetivamente se doam “em pessoa”. Trata-se de atos que se distinguem pela *originariedade*. Os atos perceptivos se distinguem por tal característica. Em contraste, os atos de fantasia, memória ou expectativa também se cumprem de modo intuitivo (visam polos objetuais em seus aspectos fenomenais próprios), porém sem que o respectivo objeto se doe efetivamente. Esses atos de presentificação se caracterizam, assim, como *reprodutivos* ou *secundários* relativamente aos objetos que se doam originariamente na percepção. Já os atos denominados como “consciência de imagem” se voltam originariamente para o suporte representante, conquanto visem um polo objetual ausente.

## 2 OS NEXOS ASSOCIATIVOS ENTRE ATOS

Enumeramos acima algumas das distinções conceituais que capturam as características estruturais demarcadoras de diferentes modalidades intencionais. Notemos agora que nos anos seguintes à publicação de *Investigações lógicas*, em particular após 1904, Husserl propõe, em cursos e manuscritos, uma série de ampliações da investigação fenomenológica, tanto do ponto de vista metodológico (destaca-se, por exemplo, a elaboração da redução fenomenológica, ao menos desde 1905, nos manuscritos de *Seefeld*) quanto temática. Em relação a esse último ponto, destacamos as preleções *Fantasia e consciência de imagem*, terceira parte de um curso ministrado em 1904-5, na qual Husserl se dedica a explorar o domínio das presentificações. Destacamos também a quarta parte do mesmo curso, dedicada a analisar a temporalidade imanente da consciência. Essa parte está na origem da famosa obra *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*, publicada em 1928. A perspectiva fenomenológica resultante desses esforços analíticos é diferente daquela firmada em *Investigações lógicas*. Não se tem mais em vista uma tarefa epistemológica complementar à lógica pura, que oferecesse um caminho para o aperfeiçoamento racional das ciências. Almeja-se descrever as estruturas últimas do “estar consciente” como fonte universal para o sentido de qualquer tipo de

---

<sup>9</sup> “Se consumamos o ato [significativo] e se nele vivemos, por assim dizer, visamos então, naturalmente o seu objeto e não a sua significação. Quando fazemos, por exemplo, uma asserção, julgamos então acerca da coisa em questão e não acerca da significação da frase declarativa, acerca do juízo em sentido lógico” (§ 34).

experiência<sup>10</sup>. Sem dúvida, a problemática lógico-epistemológica permanece no horizonte investigativo, até mesmo em textos tardios do autor, mas não mais como um tema delimitador do alcance da fenomenologia<sup>11</sup>.

A consolidação das análises sobre as estruturas últimas da consciência abre novas problemáticas fenomenológicas, algumas já entrevistadas no período de *Investigações lógicas*, mas ali não desenvolvidas. Esse parece o caso da *motivação*. Essa noção já aparece no início da primeira investigação lógica (§ 2-4), para caracterizar a operatividade dos signos indicativos: o saber atual acerca de algo leva a apontar a outro algo<sup>12</sup>. Assim, a bandeira indica determinada nação, o som de passos indica a presença de alguém no cômodo ao lado, etc. A co-posição do ente indicado é motivada pela atestação inicial, de maneira que atos distintos são sintetizados (por exemplo, a *audição* de passos e a *crença* de que há alguém no cômodo ao lado). O tema da *motivação* abre-nos, destarte, para a problemática das *formas de conexão* entre atos intencionais. Resulta da *motivação* uma “*unidade descritiva*” (HUSSERL, 1975, p.32) entre vivências que não se reduz a uma mera justaposição casual, uma vez que os atos se entrelaçam conforme o seu *sentido*. O objeto ou estado de coisas é indicado naquela circunstância *porque* se tem a experiência atual de outro objeto particular que o indica. Os passos ouvidos são índices para a crença de que há uma pessoa no quarto ao lado; o som de um passarinho a cantar próximo da janela, o som da ambulância que cruza rápido a rua não têm o mesmo efeito.

Esse último exemplo revela que o laço motivacional instancia *padrões associativos específicos*. Husserl reconhece esse ponto no § 4 da primeira Investigação: “[...] os fatos psíquicos em que o conceito de índice tem a sua ‘origem’, isto é, nos quais ele pode ser captado abstrativamente, pertencem ao grupo mais amplo de fatos que devem ser compreendidos sob o título histórico de ‘associação de ideias’” (HUSSERL, 1975, p.35). Longe de denotar com essa última expressão um conjunto de

---

<sup>10</sup> No início de *Lições*, Husserl ainda fala em nome da teoria do conhecimento, mas deixa claro que o alcance pretendido da análise é bem mais amplo que o próprio conhecimento: “a pergunta da teoria do conhecimento sobre a possibilidade da experiência é a pergunta pela essência da experiência, e o esclarecimento de sua possibilidade fenomenológica requer o regresso aos dados fenomenológicos em que o experienciar fenomenológico consiste” (HUSSERL, 1966b, p.8-9).

<sup>11</sup> Em *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental*, obra de 1936, Husserl reafirma a mesma perspectiva clarificadora do conhecimento já estabelecida em *Prolegômenos*: “obviamente é um erro risível mas infelizmente comum querer atacar a fenomenologia transcendental como ‘cartesianismo’, como se seu *ego cogito* fosse uma premissa ou um conjunto de premissas da qual o restante do conhecimento [...] tivesse de ser deduzido, absolutamente assegurado. Não se trata de assegurar a objetividade, mas de entendê-la” (HUSSERL, 1976, p.193). Notemos, todavia, que as expectativas teóricas associadas à investigação fenomenológica vão bem além dessa clarificação da objetividade científica. Em um trecho próximo da citação acima, Husserl assevera: “é claro que não há nenhum problema concebível com sentido da filosofia até hoje, e nenhum problema concebível do ser em geral que a fenomenologia transcendental não tenha alguma vez, no seu caminho, de alcançar” (HUSSERL, 1976, p.192).

<sup>12</sup> Nas palavras de Husserl, caracteriza-se como elemento comum da indicação “a circunstância de quaisquer *objetos* ou *estado de coisas*, de cuja existência alguém tem um conhecimento atual, lhe indicarem a *existência de certos outros objetos ou estados de coisas*, no sentido de que a *convicção acerca do ser de um é por ele vivida como motivo* (e certamente como um motivo *não-intelectivo*) para a *convicção ou a suposição acerca do ser de outros*” (HUSSERL, 1975, p.32).

eventos empíricos obscuros e que caberia somente a algum tipo de psicologia experimental recensear indutivamente, Husserl considera que as associações podem ser estudadas conforme a perspectiva fenomenológica. Segundo o autor, a associação “[...] cria novos caracteres fenomenológicos e unidades, que, precisamente, não têm o seu fundamento legal necessário nem nos próprios conteúdos vividos nem nos gêneros dos seus momentos abstratos” (HUSSERL, 1975, p.36). As associações permitem reconhecer novos temas fenomenológicos ou, em outras palavras, tomando as associações como guias, torna-se possível abordar as vivências de uma nova perspectiva, a qual não se esgota apenas na enumeração das características estruturais dos atos tomados como unidades isoladas em correlação com seus polos objetuais. Passa a interessar, agora, não somente as propriedades *intraintencionais* de cada ato (intuitividade, originariedade, significatividade, etc.), mas os nexos *interintencionais* por meio dos quais ocorrem experiências *complexas*, compostas, amiúde, por tipos intencionais diferentes, que se entrelaçam conforme o *sentido* dos conteúdos aproximados.

Tal como dito há pouco, a análise motivacional não é aprofundada em *Investigações lógicas*. Nessa obra, Husserl se concentra, antes, em deslindar os diferentes atos intencionais e descrever seus tipos básicos segundo características estruturais. Por sua vez, as análises da *temporalidade imanente*, iniciadas de fato já na época de *Investigações*, conquanto consolidadas a partir ao menos de 1905, permitem que a motivação ganhe amplo destaque como tema fenomenológico. Afinal de contas, o que está em jogo nessas análises não é somente como podemos ter consciência de objetos temporalmente extensos, mas também como a própria experiência se distende temporalmente. A consciência de objetos temporais supõe, assim, a pré-constituição passiva da própria temporalidade da consciência. Sem pretender fazer justiça à complexidade das análises husserlianas sobre esse tema, destaquemos tão somente que cada ato não é um evento discreto, mas envolve a síntese de múltiplas fases sucessivas em um campo vivencial. No momento A, antecipa-se certa continuidade como momento ainda-a-ser B. Uma vez que B torna-se o centro impressional da experiência, o momento A não desaparece, mas permanece retido como A’ ainda operante em B, que também já protende sua continuidade em C, e assim sucessivamente. Cada novo momento não é um brotamento incompreensível, mas uma fase no desenrolar de um tipo de vivência. Revela-se, dessa maneira, a multiplicidade de momentos constitutivos imanente a cada ato, e em vigor mesmo entre atos diferentes, cuja coesão também se submete a essa teia de antecipações e retenções que constituem o campo do estar consciente<sup>13</sup>.

A estrutura sintética da temporalidade imanente é a condição basilar para a exploração dos nexos interintencionais. Todavia, o que tal estrutura revela é apenas que há conexões internas na sucessividade das fases vivenciais, sem ainda esclarecer quais são os padrões concretos de entrelaçamento entre vivências. Husserl reconhece

---

<sup>13</sup> “Aquilo que em *Investigações lógicas* chamamos de ‘ato’ ou ‘vivência intencional’ é, sempre, portanto, um fluxo em que se constitui uma unidade temporal imanente (o juízo, o desejo, etc.) que tem a sua duração imanente” (HUSSERL, 1966b, p.76).

esse ponto já nos apêndices às suas lições sobre a temporalidade imanente. Em um importante trecho, o autor afirma:

[U]m fluxo determinado ocorre sempre de novo, o agora atual cai e passa para um novo agora, etc. Pode ser isto uma necessidade de tipo *a priori*, a sua condição é, porém, uma ‘associação’, quer dizer, tanto a conexão passada quanto o fato de que ‘qualquer coisa virá’ são determinados pela experiência (HUSSERL, 1975, p. 106).

Que a temporalização ocorra sob uma forma geral não esclarece ainda de que modo os conteúdos vividos se unificam quanto às suas particularidades “materiais”. Esse tópico exige a consideração de padrões associativos específicos, tarefa que não é levada a cabo em *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*.

Em textos posteriores, Husserl dá sequência à exploração dos nexos associativos constitutivos de vivências complexas. Em particular, trata-se de um ponto bastante explorado em seu curso *Análises sobre as sínteses passivas*, ministrado na década de 1920. Ali, no § 27 a temporalidade imanente é apresentada como a forma basilar de toda experiência consciente:

Essa é a síntese mais geral e mais primária que necessariamente conecta todos os objetos particulares de que nos tornamos conscientes originariamente na passividade como sendo, não importa qual seja seu conteúdo e o modo como possam ser constituídos como objetos unitários com respeito ao conteúdo. [...] Naturalmente, a síntese da consciência do tempo também contém [...] a síntese em que um objeto é constituído como identicamente um ou [...] como duradouro nas multiplicidades fluentes (HUSSERL, 1966a, p.127).

15

Cada momento vivenciado retém o que foi vivido há pouco e antecipa o momento ainda-a-ser-vivido próximo. Essa é a forma vivencial que permite haver fenomenalização não importa de qual objeto. Cumpre notar, contudo, tal como já notado em *Lições para uma fenomenologia da consciência interna do tempo*, que a explicitação dessa forma esclarece somente a estrutura abstrata da experiência consciente, e nada prejulga sobre quais conteúdos se impõem e por que eles se sucedem do modo como o fazem a cada vez, para que o polo objetual em vista apareça como tal. Husserl deixa claro esse ponto na parte final do § 27:

O que dá unidade ao objeto particular com respeito ao conteúdo, o que constitui as diferenças entre cada um deles com respeito ao conteúdo [...], o que torna a divisão possível e a relação entre partes na consciência, etc., apenas a análise do tempo não pode nos dizer, pois ela justamente abstrai do conteúdo. Assim, ela não nos dá nenhuma ideia das estruturas sintéticas necessárias do presente

fluente e do fluxo unitário dos presentes, o que de algum modo concerne à particularidade do conteúdo (HUSSERL, 1966a, p.128).

A forma temporal esclarece tão somente o esquema geral da experiência consciente. Para entender como as unidades temáticas se constituem, cumpre investigar as sínteses que, no nível do conteúdo, levam os atos a se entrelaçarem de modo a permitir o reconhecimento temporalmente extenso de polos objetivos. A resposta a esse tipo de problema exige avançar para além da fenomenologia da temporalidade rumo à *fenomenologia das associações*, a qual, como vimos, já havia sido anunciada em *Investigações lógicas*<sup>14</sup>. É nesse nível que o tema da motivação ganha centralidade. Trata-se de elucidar, em relação à “materialidade” dos conteúdos vividos, de que modo as unidades sintéticas vivenciais (os atos) se ordenam. Cada momento há pouco vivido é retido no novo agora outrora meramente protendido. Essa forma se deixa preencher por vários nexos associativos entre os conteúdos que a cada vez cumprem o papel de “protenção”, “retenção”, “impressão” no desenrolar de uma vivência. O conteúdo vivido a cada vez *motiva* por certo tipo de nexo associativo o próximo conteúdo, assim como já era motivado de algum modo pelo conteúdo anterior. Esses padrões associativos também se deixam investigar em seus aspectos gerais e de modo algum se reduzem a justaposições empíricas brutas. Há um *aspecto normativo* nas associações, isto é, os nexos motivacionais instanciam certa *legalidade típica* que garante a inteligibilidade dos casos particulares. É justamente essa legalidade constitutiva das conexões dos conteúdos que cabe descrever.

No § 26 do curso sobre as sínteses passivas, Husserl delinea o campo de estudo das associações. Dois grupos de fenômenos são circunscritos. Com base em um dado presente um dado passado pode ser despertado; trata-se de uma associação reprodutiva, a qual, para Husserl, constitui o “sentido primeiro e genuíno” (HUSSERL, 1966a, p.119) de associação. Além disso, um dado presente pode despertar uma antecipação acerca do curso da experiência, com base no reconhecimento de seu caráter típico; atua, nesse caso, uma associação antecipatória. Torna-se tema, como se vê, o entrelaçamento entre atos intencionais de diferentes modalidades: a percepção desperta uma memória ou uma expectativa. Desse ponto de vista, interessa compreender não o direcionamento objetivo de cada ato (seu movimento inaintencional, por assim dizer), mas a constituição de uma unidade vivencial extensa entre modalidades intencionais diversas. Estamos aqui diante daquelas novas unidades descritivas já entrevistadas em *Investigações lógicas*: uma percepção motiva uma memória, que motiva uma expectativa, etc. Modalidades diversas de atos se entrelaçam segundo princípios associativos que cumpre justamente investigar.

Notemos, todavia, que em vez de dedicar-se à sistematização desses nexos associativos interintencionais, Husserl se depara, em sua análise das sínteses passivas, com um problema ainda mais básico:

---

<sup>14</sup> “Vemos muito rapidamente que a fenomenologia da associação é, por assim dizer, uma continuação mais elevada da doutrina da constituição temporal originária” (HUSSERL, 1966a, p.118).

[...] é precisamente a análise dos fenômenos associativos que chama nossa atenção ao fato de que a consciência não precisa necessariamente ser consciência de um objeto único e, por conseguinte, tocamos em um novo problema aqui: como a consciência de algo particular e como a consciência de particulares explícitos se torna possível como a consciência de uma multiplicidade e a consciência de uma totalidade (HUSSERL, 1966a, 120).

Husserl tem em vista as sínteses que tornam possível nossa consciência perceptiva de um objeto uno ou de vários objetos particulares. Esse problema toma parte em uma série de análises sobre fenômenos associativos basilares. Cabe investigar, nessas análises, como múltiplos aspectos sensoriais se fundem em uma consciência unificada que destaca um ou mais temas objetuais. Husserl chega a chamar a atenção para sínteses análogas no domínio da presentificação, ao ter em vista a questão da fusão de elementos mnemônicos variados em uma rememoração ilusória<sup>15</sup>. Ganha, porém, destaque o problema da unificação de um campo apreensivo mínimo *no domínio da percepção*. Esse parece ao menos o sentido do redirecionamento da investigação a partir do § 28 de *Análises sobre as sínteses passivas*. Ali, são estudados os fatores associativos responsáveis pela estabilização do campo sensível basilar ao qual a subjetividade sempre deve ser responsiva. São oferecidas análises detalhadas da força afetiva de aspectos tais quais proeminência e contraste sensoriais como *motivadores* do despertar atencional das capacidades sensíveis. Não avançaremos no detalhamento desses tópicos. Apenas notamos que a circunscrição desse domínio temático (a pré-doação de unidades sensoriais) supõe deixar metodicamente de lado a maior parte das vivências, inclusive aquelas em que diversos tipos de complexos intencionais (passivos e ativos) atuam conjuntamente em diferentes nexos motivacionais. Husserl reconhece isso já no início do parágrafo em pauta:

Vamos permanecer na unidade sintética contínua de um presente fluente; não vamos inicialmente recorrer a nenhuma das funções da rememoração, que deveremos levar em consideração apenas mais tarde quanto sua gênese e novas operações, e tampouco vamos fazer uso das funções de nos conectar às antecipações intuitivas, às expectativas que saltam além da protensão contínua. Nós deixamos fora de ação mesmo todos os tipos de fantasias, de atos conceituais, de atividades do querer e do valorar, sem prejudicar sobre sua indispensabilidade ou dispensabilidade para uma subjetividade (HUSSERL, 1966a, p.128-129).

---

<sup>15</sup> Logo após apresentar a associação reprodutiva, comenta Husserl: “no meio desses fatos está o fenômeno que nos interessa, a fissão de lembranças em lembranças. Essas lembranças foram misturadas, por assim dizer, de tal modo que imagens mnemônicas de passados separados fundiram-se na unidade de uma imagem ilusória” (HUSSERL, 1966a, p.119).

A análise das associações originárias do campo sensorial avança sob a suspensão metódica da complexidade da vida intencional. Em particular, essa abordagem deixa em aberto a clarificação dos nexos motivacionais que unificam em experiências densas tipos diversos de atos intencionais. Mesmo quando Husserl volta a tratar das associações reprodutivas e antecipatórias, nos parágrafos 36 a 41 de seu curso, o que está ali em jogo é principalmente esclarecer as “precondições associativas do conteúdo” (HUSSERL, 1966a, p.180), isto é, o papel da força afetiva no *despertar* de um conteúdo retido ou na prefiguração de uma situação futura. Não há, contudo, análises detidas dos tipos de nexos entre atos intencionais e nem, correspondentemente, dos tipos de vivências densas que assim se constituem.

### 3 OS DEVANEIOS COMO TEMA FILOSÓFICO

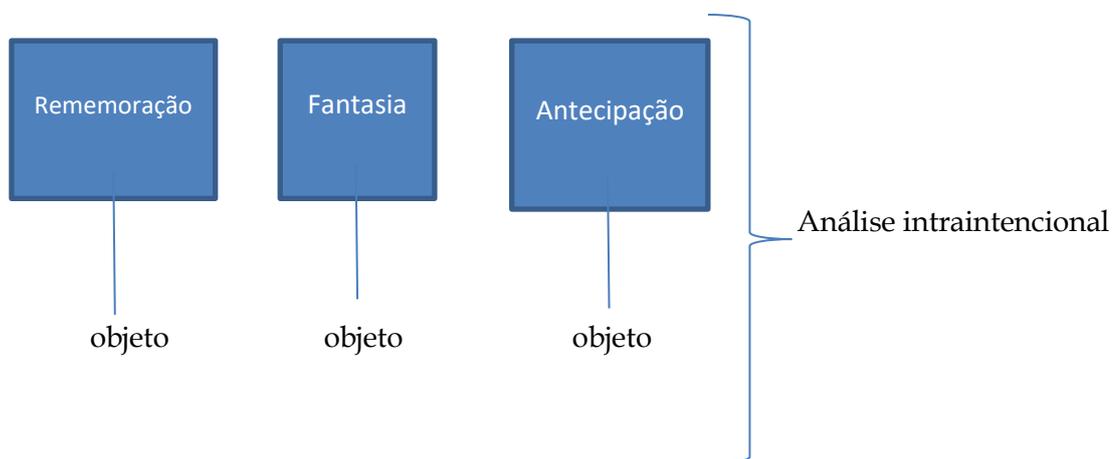
Como vimos, o modelo de explicitação de características estruturais, proposto em *Investigações lógicas*, não esgota a descrição fenomenológica dos atos intencionais. Esse modelo permite discernir as modalidades fundamentais de intencionalidade que compõem a corrente ou o fluxo de consciência. Mas para entender o próprio caráter de fluxo ou de encadeamento de atos, outro tipo de investigação, já reconhecido em *Investigações lógicas* mas ali não aprofundado, deve ter lugar. Trata-se da análise dos nexos *interintencionais*, por meio dos quais a fenomenologia alcança unidades descritivas complexas, isto é, cadeias de variados atos intencionais entremeados segundo princípios que cabe justamente investigar. A *associação* passa a ser o denominador comum que orienta esse tipo de análise voltado à auto-constituição do fluir vivencial. Husserl apresenta uma vasta gama de problemas teóricos pertinentes ao tema da associação, que se estende desde as precondições afetivas de unificação vivencial até as formas racionais de motivação racional do pensar e do agir<sup>16</sup>. De nossa parte, gostaríamos de avançar na investigação de um tópico intermediário nessa ampla escala temática, a saber, os nexos motivacionais entre presentificações.

Husserl reconhece desde cedo em sua obra a riqueza intencional intrínseca ao domínio das presentificações. Não se trata aqui de um só tipo de ato, mas de uma família de atos que embora partilhem de características essenciais, distinguem-se entre si. Nas presentificações intuitivas, visamos um polo objetual ausente, e as características intuitivas pelas quais cumprimos a visada intencional não implicam na doação originária da objetividade em vista. Imagino a calopsita Garuda, reponho as características intuitivas que permitem reconhecê-la como tal mesmo sem tê-la diante dos sentidos. E essa figuração imaginativa pode se cumprir em modalidades diversas. Posso imaginar Garuda conforme uma situação ocorrida anteriormente: há então um caráter posicional na visualização, que reproduz uma situação passada; vivencio uma rememoração. Posso também imaginá-la em uma situação, assim suponho, que ocorrerá em breve; vivencio, então, uma antecipação. Posso simplesmente criar uma situação qualquer, desconectada de qualquer vivência passada ou futura, e componho uma mera fantasia. A análise de propriedades

---

<sup>16</sup> Sobre as motivações racionais, (Cf. HUSSERL, 1952).

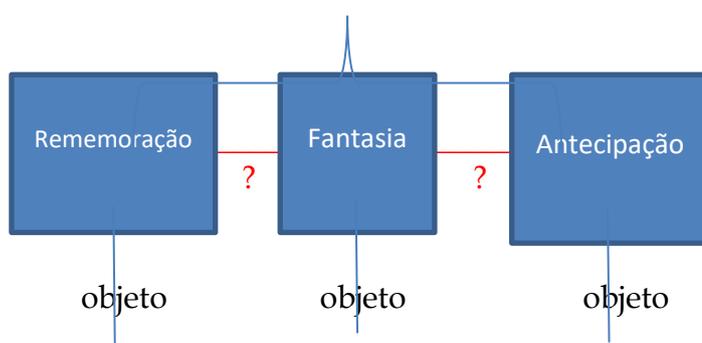
estruturais permite, como se vê, distinguir entre modalidades diversas de presentificação, conforme as particularidades do direcionamento intencional a cada vez. Um esquema ajuda a entender o alcance de tal abordagem:



As modalidades de presentificação se deixam analisar como atos relativamente autônomos, dos quais caberia enumerar as propriedades que justificam sua distinção. Todavia, esse tipo de análise pouco esclarece *se e como* essas modalidades presentificantes se unificam em unidades experienciais extensas. A resposta a essas questões exige um novo foco descritivo:

19

### Análise interintencional



Ao anunciar a fenomenologia das associações em *Investigações lógicas*, Husserl anteviu esse tipo de análise. Cabe elucidar os nexos motivacionais que permitem capturar os atos como unidades sintetizadas *entre si*. É exatamente essa tarefa que almejamos explorar, avançando em algumas considerações a nosso ver não esgotadas por Husserl. Gostaríamos de problematizar o fato de que as diferentes modalidades de presentificação, longe de se reduzirem a blocos estanques, se entrelaçam em vivências complexas. Para tornar esse fenômeno tangível, propomos desenvolver filosoficamente uma noção que caracteriza episódios bastante habituais em nossa vida, a saber, o *devaneio*.

Essa estratégia semântica remete-nos a uma perspectiva bastante ampla da atividade filosófica. É verdade que há tempos a filosofia consolidou-se como uma área acadêmica submetida a critérios avaliativos técnicos que regulam as próprias produções filosóficas. Mas para além de satisfazer tais critérios que mantêm operante uma área especializada, o discurso filosófico, desde seus primórdios, busca discutir eminentes questões temáticas que interessam potencialmente a todas as pessoas. A manutenção desse lastro de interesse geral mesmo sob as exigências de uma área técnica se dá, em grande parte, pelos *conceitos genéricos* que têm guiado a reflexão filosófica por séculos. As grandes questões filosóficas tomam por base alguns termos gerais disponíveis nos contextos de emprego comum da linguagem. “Liberdade”, “vida”, “morte”, “consciência”, “existência”, “virtude”, “certeza”, “conhecimento” são noções comuns vagas, passíveis de inúmeros usos nas conversações cotidianas. Elas também exprimem conteúdos filosóficos cada vez mais detalhados, à medida que autores refletem sobre tais termos e a eles associam diversas particularidades semânticas e argumentativas, retomadas e refinadas por outros autores na sequência de trabalho que demarca tradições de reflexão. Apesar da crescente tecnicização desses termos amplos, permanece vigente o enraizamento nas expressões discursivas comuns. Afinal, ao tratar filosoficamente de “liberdade”, “consciência”, os grandes autores não pretendem estipular um sentido arbitrário para esses termos, que permitiria tão somente manter vivas discussões entre especialistas. Mesmo as mais complicadas doutrinas filosóficas acerca da “liberdade” pretendem descrever a experiência da liberdade tal como vivenciada (ou ao menos *vivenciável*) por todos; da mesma maneira, as análises da consciência fornecidas por filósofos não pretendem tratar de fenômenos que somente os especialistas poderiam reconhecer, mas almejam clarificar a estrutura da experiência a que todos estão submetidos. Uma forma de transição entre interesse acadêmico especializado e interesse geral se dá, então, por meio desses conceitos amplos; a reflexão teórica não pretende romper com seu uso lexical, mas se serve da vagueza inerente a tais termos para lançar luz a diferentes aspectos da experiência humana. De modo evidentemente modesto, é o que pretendemos com a noção “*devaneio*”. Ela permite reconhecer um domínio experiencial comum em nossas vidas, sem, contudo, pre-delimitar algum tipo de estruturação fenomenal ou limite ontológico. O termo simplesmente nomeia episódios em que ficamos absorvidos por uma torrente obscura de “pensamentos”, mais conduzidos pelas associações espontâneas do que as controlando. Interessa, agora, empregar os recursos analíticos fenomenológicos para explicitar os padrões de organização desse tipo de vivência. Desse modo, almejamos manter o lastro experiencial comum do termo “*devaneio*”, isto é, ter em vista as ocorrências habituais desse fenômeno (e não alguma noção ultra-especializada que a nada corresponderia na experiência cotidiana) e, ao mesmo tempo, fazer avançar as análises do campo da fenomenologia das associações.

Com efeito, estudar os devaneios lança alguns desafios para a abordagem fenomenológica. De imediato, parece correto reconhecer nesses episódios de absorvimento conexões entre lembranças, fantasias, suposições, de maneira que aí encontraríamos instâncias dos nexos motivacionais entre presentificações variadas,

antevistos pela fenomenologia das associações proposta por Husserl. Todavia, não é tão fácil, sob padrões descritivos mais rigorosos, discernir quais formas de nexos vigoram entre esses tipos de atos. Muitos devaneios ocorrem de forma involuntária, quando há um relaxamento do foco atencional nas tarefas cotidianas. Parece difícil descrever rigorosamente um fenômeno que se constitui justamente sob certa difusão da atenção. Essa dificuldade torna-se ainda mais aguda à luz dos recursos analíticos da fenomenologia. Em *Ideias I*, Husserl deixa claro que “o método fenomenológico se move inteiramente em atos de reflexão” (HUSSERL, 1977, p.162). Isso quer dizer que as vivências em pauta devem ser retomadas por um “olhar” que as tematize. Essa retomada objetivante não implica em uma transformação da estrutura original da vivência, o que condenaria o fenomenólogo a nunca alcançar a experiência original? Husserl enfrenta essa questão no § 79 de *Ideias I*, mas o problema parece se agravar no caso do aparecer fugidio dos devaneios. Talvez se pudesse escapar da dificuldade lembrando que não se trata de rastrear vivências concretas mas tão somente de alcançar a essência do fenômeno em vista (HUSSERL, 1977, p.171-172)<sup>17</sup>. Por meio da variação imaginária de exemplares quaisquer do tema, tornar-se-iam capturáveis as estruturas invariantes que demarcam os casos em vista como sendo de um tipo específico. É claro, contudo, que a intuição eidética exige que se parta de instâncias escolhidas corretamente, ou o esforço variativo seria inútil. Supõe-se, assim, certo saber prévio sobre a vivência a ser investigada eideticamente. Vigora então uma pré-delimitação do sentido do tema que não é obtida pela variação imaginária, mas que, em certo sentido, a guia, o que repõe em outro nível o problema do acesso fenomenológico ao fenômeno em vista. Cumpre-nos então perguntar que tipo de método permitiria operacionalizar essa pré-delimitação vivencial no caso dos devaneios.

21

Como essas questões deixam entrever, estudar os devaneios, longe da aplicação do aparato analítico fenomenológico a uma curiosidade psicológica desimportante, servirá de ocasião para rever o alcance de algumas das principais balizas metodológicas da fenomenologia. Pretendemos desenvolver em detalhe essa problemática em uma obra de maior fôlego.

## REFERÊNCIAS

- Husserl, E. *Analysen zur passiven Synthesis*. Hua XI. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1966a.  
\_\_\_\_\_. *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie*. Hua VI. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1976.  
\_\_\_\_\_. *Ideen zur einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie. Zweites Buch: Phänomenologische Untersuchungen zur Konstitution*. Hua IV. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1952.

---

<sup>17</sup> É preciso “fazer valer a separação anteriormente estabelecida entre questão psicológica e questão fenomenológica, e acentuar, nesse sentido, que a doutrina fenomenológica das essências tem tão pouco por que se interessar pelos métodos mediante os quais o fenomenólogo poderia se assegurar da *existência* daquelas vivências que lhe servem de base em suas constatações fenomenológicas, quanto a geometria tem de se interessar pela maneira como se deve assegurar metodicamente a existência das figuras na lousa ou dos modelos no armário”.

\_\_\_\_\_. *Logische Untersuchungen. Erster Teil: Prolegomena zur reinen Logik*. Hua XVIII. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1975.

\_\_\_\_\_. *Logische Untersuchungen. Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis. Bd II/1*. Hua XIX. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1984.

\_\_\_\_\_. *Zur Phänomenologie des inneren Zeitbewusstesens (1893-1917)*. Hua X. Den Haag: Martinus Nijhoff, 1966b.

Submetido: 08 de setembro de 2021

Aceito: 25 de setembro de 2021